

crédito hipotecário na expansão e auge da economia da borracha: características da praça de belém do pará (1870-1899)*

mortgage credit in the expansion and the boom of the rubber economy: belém do pará features market (1870-1899)

Leonardo Milanez de Lima Leandro**

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Renato Leite Marcondes***

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Fábio Carlos da Silva♦

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

RESUMO

O estudo analisa o crédito hipotecário em Belém do Pará. O objetivo foi identificar as características desse recurso financeiro dentro da economia da borracha, sendo um

ABSTRACT

This paper analyzes the mortgage credit on Belém do Pará. Objective was to identify the characteristics of this financial resource inside of the rubber economy, being a pioneer

* Este artigo resulta de um trabalho de cooperação entre os grupos de pesquisa em História Econômica e Planejamento Público na Amazônia, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), e História da Economia Cafeteira, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP), apoiado pelo CNPq através de uma bolsa SWP, Processo n. 300.119/2012-7. Agradecemos os comentários dos congressistas do VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica que estiveram presentes na Sessão Ordinária Brasil e América Latina no Século XIX: Crédito e Finanças no Brasil do Século XIX, presidida pela professora doutora Rita Almico, e, especialmente, à Comissão Científica do evento pela indicação deste texto à publicação na *Revista História Econômica & História de Empresas*. Agradecemos ainda aos comentários e sugestões dos revisores do periódico.

Submetido: 21 de outubro de 2014; aceito: 21 de março de 2015.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo mesmo programa. *E-mail:* leo.milanez@gmail.com

*** Professor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP. Doutor em Economia pela USP. *E-mail:* rlmrcon@usp.br

♦ Professor do NAEA/UFPA. Doutor em História Econômica pela FFCH/USP. *E-mail:* fcsilva@ufpa.br

estudo pioneiro para a região. Os dados analisados correspondem aos registros de 2.175 documentos, que foram coletados no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém, especificamente do Livro de Registro de Hipotecas (livros 2 – A, C, F), abrangendo o período de 1870-1899. Os resultados da pesquisa apontaram para uma dinâmica de crédito local, com pouca participação de agentes ou capitais de fora do país ou mesmo da região amazônica. Supõe-se, portanto, que tal recurso foi utilizado para estimular os investimentos não somente na produção de borracha, mas na própria economia paraense, dinamizando-a nessa fase de expansão e do auge da atividade gomífera.

Palavras-chave: Hipoteca. Borracha. Crédito local. Comércio. Belém.

study for the region. The data analyzed correspond to the registers of 2,175 documents, collected in the Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém, specifically of the Livro de Registro de Hipotecas (books 2 – A, C, F), covering the period 1870-1899. The research results indicated a dynamic of local credit, with few participation of agents or capital out of the country or even of the Amazon region. It is assumed, therefore, that this resource was used to stimulate the investments not only in the production of rubber, but in the state of Pará economy, stimulating it on this phase of expansion and peak of rubber activity.

Keywords: Mortgage. Rubber. Local credit. Commerce. Belém.

Introdução

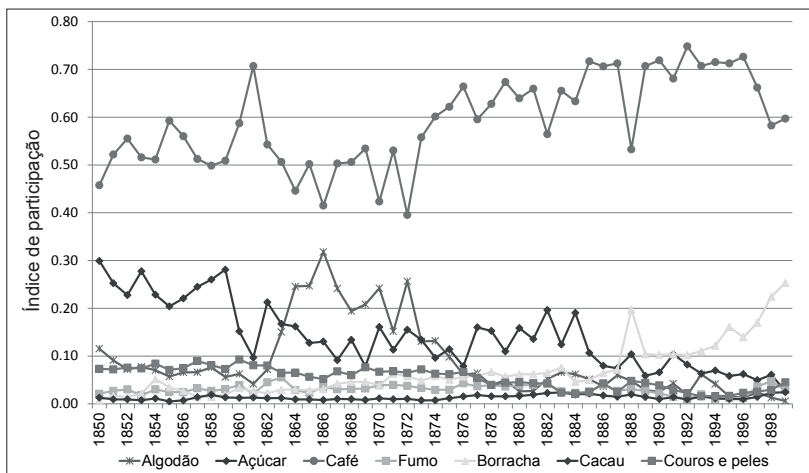
O extrativismo é o fundamento da formação econômica da Amazônia (Prado Jr., 2008; Furtado, 2007; Santos, 1980; Costa, 2010, 2012). A borracha, em específico, foi o principal e hegemônico produto da economia regional no século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Ampliando sua contribuição para a economia nacional num movimento crescente de sua participação relativa na cesta de produtos exportados pelo Brasil¹, desde a década de 1860 já representava mais de 60% das exportações do Pará (Pará, 1870a).

No âmbito nacional, desde o ano de 1869 a economia da borracha já havia superado, em participação relativa, a posição ocupada pela exportação de fumo e equiparava-se à exportação de couros e peles. Entre os produtos exportados pelo Brasil, estava atrás apenas do café, do açúcar e do algodão, os três principais produtos da agricultura brasileira, sobre os quais havia sido erguida boa parte de sua estrutura socioeconômica.

¹ Embora haja indícios de que sua participação, entre as mercadorias exportadas pelo Brasil, tenha sido iniciada já no século XVII, após carmelitas portugueses, em missões no alto Solimões, noticiarem seu uso entre os indígenas daquela região (Penna, 1864), os dados oficiais disponíveis apontam a sua presença, na pauta de exportações do Brasil, apenas a partir do ano de 1827.

Contudo, a economia algodoeira, assim como a açucareira, não demoraria muito a ceder espaço à economia da borracha. Ao final do período imperial, a produção para exportação de borracha havia se tornado a segunda atividade de maior importância para a acumulação de capital e arrecadação de tributos à Fazenda Pública do Brasil (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação relativa dos principais produtos para a exportação do Brasil (1850-1899)



Fonte: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990). Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

Ainda na primeira metade do século XIX, as inovações introduzidas por Thomas Hancock, Charles MacIntosh e Charles Goodyear consolidaram as pesquisas iniciadas no século XVIII, com vistas ao aproveitamento e à aplicação industrial da goma elástica amplamente utilizada pelos indígenas da Amazônia, e criaram uma demanda primitiva para aplicação industrial, definitivamente difundindo o uso da borracha como matéria-prima.

De acordo com Santos (1980), as manufaturas de borracha começaram a ser produzidas industrialmente por volta de 1803, quando a primeira fábrica foi aberta perto de Paris. Em Viena, a segunda fábrica foi aberta em 1811 e a terceira, em 1820, começou a operar na Inglaterra, onde as inovações e invenções de Hancock ampliaram a escala de produção da indústria de borracha na Europa. Persistia, contudo, o problema da

estabilização da borracha, que pelos métodos de tratamento conhecidos ficava pegajosa ao calor e inflexível no frio. Tal problema foi parcialmente resolvido por Macintosh por volta de 1823, na Escócia, mais definitivamente transposto por Goodyear em 1839, quando descobriu o processo de vulcanização nos Estados Unidos, onde a primeira fábrica havia surgido em 1833.

Estavam postas as bases de um setor do departamento industrial que criou uma demanda crescente pela borracha amazônica, ligada às necessidades de bens de consumo (roupas e calçados impermeáveis, borrachas de apagar) e ao mesmo tempo às necessidades industriais (correias, mangueiras, blocos amortecedores, lâminas contra infiltração em embarcações etc.). As inovações e os processos de tratamento descobertos por Macintosh e Goodyear foram patenteados em 1844, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente. Isso representou o ponto de partida de uma trajetória econômica da região amazônica, e outras zonas tropicais, tendo como principal força motriz a exploração florestal da goma elástica, cujo uso vinha sendo amplamente difundido. A partir daí, intensificou-se a demanda pelo produto, implicando o impulso necessário à pujança observada na economia amazônica pelas sete ou oito décadas seguintes.

A exportação das primeiras 31 toneladas, registrada em 1827, dez anos mais tarde já havia se multiplicado em seis vezes, chegando em 1840 com a marca de 418 toneladas exportadas pelo valor de 257 contos de réis. Nos quatro anos seguintes, a produção exportada declinou a quase metade da produção de 1840 e tomou novo impulso com o aprimoramento da vulcanização, com seguidos incrementos na produção, até registrar 879 toneladas exportadas em 1850 pelo valor de 375 contos de réis, e ultrapassou a barreira das mil toneladas já no ano seguinte, quando a exportação registrou 1.395 toneladas, ao valor de 1.047 contos de réis.

Na década de 1850, o Barão de Mauá passou a explorar a navegação na região, promovendo a incorporação dos navios a vapor ao seu sistema de transportes, desse modo transpondo um dos limites da economia da borracha: o tempo de transporte das mercadorias, diminuindo os riscos das operações de abastecimento dos seringais e do escoamento da crescente produção de borracha. Já em 1854 a quantidade exportada superou a casa das 2 mil toneladas, mantendo-se nesse patamar médio

até 1862, e alcançando a média de 3,3 mil toneladas até 1866. Com o movimento crescente das exportações, até mesmo o setor de transportes cresceu de modo que outras companhias fluviais passaram a navegar pelos rios da região, atendendo o comércio interior e a demanda pelo transporte da borracha. A essa altura, por meio do Decreto n. 3.749, de 7 de dezembro de 1866, lido em cerimônia, em Belém, aos 7 de setembro de 1867, o rio Amazonas e outros estavam abertos à navegação estrangeira².

A descoberta do processo de vulcanização havia deflagrado um novo estímulo externo, cujo vigor e duração deram novo impulso à economia amazônica. O privilégio de navegação dos rios oferecido ao Barão de Mauá, depois quebrado e instituído o direito de outras empresas de “nações amigas” a executarem os serviços de transporte a vapor pelos rios da região resolveu o problema técnico dos transportes para o abastecimento das zonas produtivas de gêneros extrativos e de escoamento da produção desses gêneros. Contudo, a demanda ainda era muito superior à oferta, criando possibilidades para que outras zonas tropicais, como a América Central, a África e a Índia, viessem a colocar suas produções no mercado mundial, mas sem ameaçar, ainda, a posição hegemônica e quase exclusiva da Amazônia (Santos, 1980; Ajayi, 2010; Boahen, 2010).

Mas permanecia ainda o problema da escassez de mão de obra. Para ampliar a oferta, era necessário ampliar a força de trabalho empregada na extração, pois à técnica, simples e rudimentar, não havia sido oferecida solução para melhorar a produtividade³. Tal problema começou a ser resolvido com deslocamentos intrassetoriais de mão de obra, além dos deslocamentos intrarregionais de pessoas em direção à região (Fur-

² O referido decreto foi lido pelo Sr. Joaquim Raimundo Lamarc, presidente e comandante das armas da Província do Pará, a bordo da corveta a vapor *Paraense*, ao noroeste da ilha de Cotijuba. Participaram da cerimônia três vapores da Cia. de Navegação e Comércio do Amazonas, *Belém*, *Soure* e *Inca*, a corveta a hélice *Metheroy*, da frota imperial, o vapor *Odorico Mendes*, da Cia. de Navegação Costeira do Maranhão, e ao vapores do governo *Jurupense* e *Pará*, a serviço da província. Estiveram presentes na ocasião, além do que de mais representativo havia da alta sociedade paraense, representantes de “nações amigas”, tais como França, Portugal, Áustria, Alemanha e Dinamarca (cf. Arquivo Público do Pará, Fundo da Secretaria da Presidência da Província, códice n. 1.408).

³ Há que se notar que até os dias atuais, na Amazônia, a técnica de extração do látex se mantém a mesma, consistindo na realização de uma incisão na casca das árvores, por onde escorrerá o látex a ser aparado em vasilhame assentado ao final da incisão.

tado, 2007; Santos, 1980). A expansão da atividade gomífera, motivada pelos lucros crescentes, absorveu a mão de obra de outras atividades, o que resultou no esvaziamento das lavouras e dos campos de criação, e de núcleos de povoação em formação (Bello, 1986).

A economia do aviamento, lastro dos negócios da borracha, atravessava uma fase de franca ampliação de seu volume, contando com a crescente incorporação de força de trabalho e zonas produtivas. Santos (1980) estima que a população ocupada nos negócios da borracha saltou de 5 mil para 31 mil indivíduos entre 1850 e 1870, atraídos de outras províncias ou desviados de outras atividades no setor primário, sobretudo das atividades agrícolas.

Tendo como polo principal a praça comercial de Belém, a mais importante do Norte do Brasil, a expansão da economia da borracha mobilizou recursos materiais e humanos, para aproveitar a oportunidade de colocação, no mercado internacional, da matéria-prima, cuja rápida expansão era resposta à demanda crescente das economias industrializadas, mesmo antes da indústria de pneumáticos, elo da cadeia automobilística, que revolucionou o mundo dos transportes ao final daquele século (Furtado, 2007). Restava ainda uma estrutura de financiamento para o empreendimento extrativo, o que ocorreu sob o signo do aviamento, uma modalidade de crédito simultaneamente para produção e consumo.

Apesar dos excelentes estudos no campo da história econômica e história de empresas (Santos, 1980; Weinstein, 1993; Benchimol, 1999; Costa, 1993, 2012), o desenvolvimento e as características dessa economia gomífera ainda carecem de estudos historiográficos que apontem especificidades de seu funcionamento. Há que se notar o ensaio realizado pelo professor Roberto Santos (1968), que caracteriza o *modus operandis* da firma aviadora, discutindo as possibilidades de equilíbrio da firma, e os significados institucionais das relações que são estabelecidas na cadeia hierárquica do aviamento, indicando os vínculos que possibilitavam a articulação das “áreas mais interiorizadas com o mercado evoluído do exterior e dos centros mais adiantados do país” (Santos, 1968, p. 24), com a ressalva de que a pouca monetização dessa economia limita tal articulação.

Mesmo na excelente caracterização e análise da origem do capital e do sistema de crédito empreendida em *História econômica da Amazônia*,

Santos (1980) não esmiúça as facetas que assumiam a parcela do crédito da cadeia do aviamento. Por outro lado, os estudos apontam alguns dos instrumentos utilizados para dinamizar as atividades consideradas socialmente relevantes e economicamente rentáveis na Amazônia. Entre esses instrumentos, as hipotecas.

Tal instrumento também é apontado por Barbara Weinstein (1993, p. 38), quando comenta sobre os agentes envolvidos na cadeia do aviamento, comparando, inclusive, as formas de dívida que implicavam um regime de servidão, tanto do seringueiro para com o patrão, quanto do patrão seringalista para com as casas aviadoras: “a síndrome do débito afligia o desprezado patrão tanto quanto os seringueiros, uma vez que ele próprio era um ‘escravo’ das casas comerciais das grandes cidades, que poderiam ameaçá-lo com a execução de sua hipoteca”⁴.

De modo pioneiro, analisam-se, aqui, os registros de hipotecas. Com as transformações estruturais em curso na segunda metade do século XIX, quais as características e que importância tal instrumento veio a ter na indução da dinâmica das atividades produtivas no Pará, especialmente no aviamento?

As hipotecas como fontes e outros dados

Utilizou-se, como fonte de dados primários, o Livro de Registro de Hipotecas (livros 2 – A, C, F), localizado no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém (1SRI), de onde foram compulsados 2.175 registros de hipotecas, compreendendo os anos entre 1870 e 1899. Os registros informam datas das operações, local de moradia e profissão de credores e devedores, valores, prazos e taxas de juros das operações, localização, tipo e características do imóvel ou direito oferecido em garantia⁵.

⁴ Santos (1968) e Weinstein (1993) apontam, entre outros documentos, as hipotecas como prováveis meios para financiar a produção de borracha, sem, entretanto, analisar, como aqui se fará, as características desse mercado. Note-se que, apesar de levantar essa possibilidade, os objetivos de seus trabalhos não é realizar tal análise. Apontam a possibilidade de utilização do meio sem pretender analisar suas características.

⁵ Além dos imóveis, carta de patente e partes que cabiam aos devedores em partilhas de bens deixados em herança foram oferecidos como garantias de algumas hipotecas.

Oferecem, portanto, considerável riqueza de dados que permitem fazer análises a respeito da conformação do mercado de crédito⁶.

Adicionalmente, foram consultados os Relatórios dos Presidentes da Província do Pará, na intenção de observar as análises a respeito dos efeitos da atividade gomífera, bem como da situação econômica da província, além do que oferecem dados sobre produção de gêneros diversos que permitem aproximações e inferências interpretativas. Outros dados foram obtidos no Banco de Dados do IPEA, e em documentos disponíveis nas bases da Biblioteca Virtual do IBGE e Biblioteca do Ministério da Fazenda (Memória Estatística do Brasil).

A utilização dessas fontes para investigar questões específicas do funcionamento da economia brasileira, e mais especificamente da economia cafeeira, tem oferecido boas perspectivas para a compreensão de seus processos de financiamento. Veja-se, por exemplo, o papel que exerceu na economia e cafeeicultura, fornecendo subsídios para a instalação e manutenção de lavouras em áreas do Vale do Paraíba (Sweigart, 1980; Marcondes, 2002).

Investiga-se o crédito hipotecário, a fim de identificar as características desse mercado de crédito na economia paraense, no período de expansão e auge da economia gomífera, ou seja, a partir da década de 1870, quando a economia açucareira, em trajetória descendente, dando os sinais de seu esgotamento desde a década de 1830, vai ceder à borracha espaço relativo na cesta de produtos exportados pelo Brasil. De 1888 até 1917, a borracha foi o segundo produto de exportação mais importante da economia brasileira. No tocante ao crédito para o financiamento das atividades produtivas na Amazônia, essas fontes menos usuais têm significativa relevância para a compreensão da dinâmica de acumulação na região, mas ainda não haviam sido consultadas.

Supõe-se, portanto, que as hipotecas foram utilizadas para estimular a economia paraense, alavancando-a nessa fase da expansão e dinamizando-a no período do auge da atividade gomífera.

O texto está organizado em cinco seções, a contar desta introdução. Na seqüência, são pontuadas as transformações na população e econo-

⁶ A nova legislação hipotecária (Lei n. 1.237, de 24 de setembro de 1864, e o referido regulamento de 1865) possibilitou a ampliação dessa forma de crédito, por meio de maior publicidade, especificidade e garantia dos empréstimos.

mia do Pará, especialmente em Belém, um breve comentário a respeito do crédito na economia do aviação, para então serem analisadas as características do crédito hipotecário na praça de Belém. As considerações finais encerram o estudo.

1. O Pará ao final do século XIX: população e economia

O Pará era a principal zona da economia gomífera e Belém, a capital da borracha e o centro dinâmico da economia da Amazônia, que experimentou, ao final do século XIX, um expressivo crescimento demográfico, muito superior a Manaus. Mesmo que os habitantes de Manaus representassem algo pouco superior à metade da população do Amazonas, indicando uma concentração urbana maior que Belém, era essa cidade que se constituía na metrópole da borracha (Klein, 2012). A exploração de seringais mais ao interior, no curso alto dos rios Purus e Acre, só viria a oferecer uma contribuição significativa no século XX.

Em 1872, ano do primeiro e sistemático recenseamento realizado, a população de Belém era de 61.997 pessoas, representando mais de um quinto da população paraense, que totalizava 275.254 habitantes. Enquanto a população do Pará foi aumentada a uma taxa anual de 2,43%, alcançando 445.356 habitantes no recenseamento realizado em 1890, a população de Belém sofreu uma baixa de 11.933 pessoas e totalizou 50.064 habitantes⁷. Ainda assim, contabilizava 11.344 pessoas a mais que em Manaus. Na realização da contagem de 1900, o Pará mantinha-se com uma população que representava quase o dobro da do Amazonas (445.356 contra 249.756) e Belém seguia na mesma esteira em relação a Manaus (96.560 contra 50.300). É a partir da análise desses números que Klein (2012) conclui ser Belém o principal polo da economia amazônica.

Os incrementos observados derivaram, em grande parte, do fluxo migratório de populações localizadas no Nordeste brasileiro, sobretudo na região semiárida, especialmente no Ceará, em direção à Amazônia.

⁷ É provável que a contagem não tenha considerado os contingentes libertos pelos expedientes de 1871 (Lei do Ventre Livre), de 1885 (Lei dos Sexagenários) e 1888 (Lei da Abolição). Em Belém, o Censo de 1872 anotou 8.847 pessoas como escravas, entre os 61.997 habitantes.

Segundo Muniz (1916), até 1889 haviam entrado no Pará 18.173 pessoas consideradas imigrantes, e 17.166 foram cearenses expulsos pelas secas ocorridas nos anos de 1877-1878 e 1888-1889. Note-se que os dados discutidos pelo autor estão referidos às anotações oficiais de contratos de colonização e dos serviços de colocação de imigrantes, ou seja, correspondem às anotações dos programas oficiais de colonização levados a termo pelo governo paraense. Desse modo, são dados subestimados para o conjunto do movimento migratório para a Amazônia.

Foi ainda na década de 1870 que o governo provincial deu início a uma política sistemática de colonização de áreas consideradas próprias para a atividade agrícola. Tal política de colonização, privilegiando, por fatores ideológicos (Emmi, 2009), a população branca europeia, teve início no ano de 1872, quando da instalação da colônia de Benevides a cerca de 29 quilômetros de Belém. Essa política de colonização se estendeu pelas décadas seguintes, todavia sem oferecer as contribuições que dela se esperava.

Não são de contribuição significativa para o total da população as imigrações de estrangeiros no Pará, embora seja notável sua importância nos domínios econômico, técnico, profissional e cultural (Emmi, 2009). Vale lembrar que as imigrações estrangeiras no Pará foram patrocinadas pelo governo provincial, tendo como projeto-âncora a Estrada de Ferro de Bragança (Leandro; Silva, 2012). No período de construção da ferrovia, diversas colônias agrícolas foram fundadas na Zona Bragantina do Pará, com vistas a diversificar a economia da província fundamentada no extrativismo. Essas colônias foram localizadas nas margens da ferrovia e eram o fundamento econômico desta. Com a ferrovia, a produção nos núcleos agrícolas teria transporte rápido para a capital, assim abastecendo a cidade e mesmo seringais mais próximos.

Contudo, boa parte dos imigrantes trazidos para essa região preferiu se dirigir para os centros urbanos, especialmente Belém⁸. Exerceram atividades de prestação de serviços, criaram estabelecimentos comerciais, pequenas fábricas de calçados, alfaiatarias, ourivesarias e desempenharam funções consideradas subalternas, como as de engraxates, jornalheiros,

⁸ Os programas oficiais de colonização trouxeram imigrantes de diversas nacionalidades. Todavia, era de origem portuguesa a maior parte desse contingente, seguidos dos de origem italiana e depois pelos espanhóis.

verdureiros, carregadores, estivadores, ferreiros e outras profissões de menor prestígio social. Os italianos, especificamente, desempenharam atividades comerciais, principalmente nos ramos de gêneros alimentícios, materiais de construção, joias, confecções e calçados, por vezes produzidos nos próprios estabelecimentos (Emmi, 2009).

Entre os portugueses, maioria absoluta na imigração de estrangeiros para o Pará, muitos desempenharam atividades no comércio, em que constituíram, pela experiência acumulada, parte do capital comercial responsável pelo comércio internacional através da importação de mercadorias para o aviamento e abastecimento das casas comerciais da praça de Belém, daí partindo para os seringais no interior. Baseada em sólida documentação, Edilza Fontes (2003) aponta o trabalho no comércio como a principal atividade exercida por esses imigrantes. Com o crescimento urbano de Belém, os postos de trabalho abertos pelos bancos, casas aviadoras e serviços urbanos foram ocupados, em parte, por esses imigrantes portugueses, constituindo-se num contingente de significativa importância para a formação do mercado de trabalho em Belém, ao final do século XIX (Fontes, 2009).

Sobre os deslocamentos intrarregionais mencionados acima, tendo em mente que a atividade gomífera era criticada pela elite política e agropecuária por demandar força de trabalho empregada em outros setores da economia paraense, e que algumas localidades nas cercanias de Belém foram formadas com base da agricultura de exportação, sobretudo na produção açucareira, observem-se algumas deduções simples com os dados dos Censos de 1872 em relação ao de 1890.

As freguesias de Barcarena e Acará, tradicionais na produção açucareira, a primeira pertencente ao município de Belém e a segunda, ao município de Moju, no Censo de 1872 contavam uma população de 4.409 e 5.917 pessoas, respectivamente. No ano de 1890, foram computados 3.042 habitantes em Barcarena e 3.909 no Acará. As duas freguesias, já consideradas municípios em 1890, perderam, somadas, 3.375 moradores em 18 anos.

Por outro lado, as freguesias de Breves e Anajás, que formavam o município de Breves, apresentaram 694 e 5.028 habitantes, respectivamente, no ano de 1872. Essas freguesias estão localizadas na chamada região das ilhas, onde se iniciou a exploração de borracha voltada especificamente ao mercado mundial. No ano de 1890, as freguesias, agora

municípios, receberam um considerável fluxo migratório, passando Breves a contabilizar 12.593 habitantes e Anajás um total de 6.065 pessoas. Nos 18 anos que separaram os levantamentos populacionais, um contingente de 12.936 pessoas incrementou as populações desses municípios. Pode-se inferir que as antigas zonas de produção agrícola para exportação estavam mesmo em decadência, em função da saída de trabalhadores em direção as zonas de produção de borracha.

A borracha tornou-se o principal produto da economia paraense e, ao final da década de 1860, já representava mais de 70% das suas exportações. No ano fiscal de 1868-1869, chegou à marca dos 72,9% do total, movimentando a quantia de 7,8 mil contos de réis (Pará, 1870a, p. 36; Pará, 1870b, p. 32). Cabe lembrar que alguma fração dessa produção exportada tem origem em seringais do Amazonas. Como em Belém estavam situadas as principais casas aviadoras e exportadoras, a maior parte da produção, mesmo de outros países limítrofes, era reunida em Belém, para depois seguir para os portos da Europa e dos Estados Unidos.

A quantidade de borracha exportada cresceu de modo surpreendente, chegando ao patamar das 4,7 mil toneladas em 1870, e mantendo-se num patamar médio de 5,4 mil toneladas até 1874, quando teve um pico de exportação da ordem de 6,7 mil toneladas, perfazendo o valor de 10,5 mil contos de réis. A demanda crescente pela borracha processou transformações na estrutura produtiva da economia amazônica, provocando deslocamentos intrassetoriais de mão de obra, além dos deslocamentos intrarregionais de pessoas em direção à região (Furtado, 2007; Santos, 1980).

No quinquênio de 1875-1879, o patamar médio das exportações de borracha oscilou em torno das 6,1 mil toneladas, mantendo-se o valor médio na casa dos 10 mil contos de réis. No ano fiscal de 1879-1880, a exportação de borracha chegou a representar 79% das exportações com origem na Amazônia, com um total de 6,8 mil toneladas exportadas. Juntos, borracha, castanha e cacau, os três principais gêneros de exportação da Amazônia, totalizaram nada menos que 94,9% das exportações naquele ano fiscal. Implica isso em dizer que as rendas do Pará e Amazonas provinham quase que exclusivamente da indústria extrativa, especificamente do ramo gomífero. A borracha já havia se tornado o terceiro produto mais importante do Império e não tardaria ultrapassar a produção de açúcar.

No quinquênio seguinte, esse patamar médio subiu um degrau na casa dos milhares no que se refere à quantidade exportada, alcançando as 7,4 mil toneladas médias, enquanto o valor médio da exportação marcou 11,9 mil contos. Atente-se para os anos de 1883 e 1884, que registraram um total de 7,5 e 9,1 mil toneladas exportadas, respectivamente. Por outro lado, uma significativa queda nos preços e mesmo nas relações de câmbio fez com que a marca dos 14 mil contos de réis anotados em 1883 caísse a 9,4 mil contos no ano de 1884.

A partir de 1885, a atividade retoma novo vigor até o período da transição republicana, quando a borracha definitivamente ultrapassará o açúcar em participação relativa na economia brasileira, mantendo-se nessa posição por todo o resto do século XIX, chegando a quase emparelhar com o café em 1910. O patamar médio da quantidade exportada no quinquênio 1885-1889 ficou em torno das 12,9 mil toneladas, partindo de 7,9 mil em 1885, passando pela marca das 17 mil toneladas no ano de 1888 e retraindo-se a 16 mil toneladas exportadas em 1889. Embora os preços externos tivessem sofrido uma retração, a desvalorização da moeda nacional fez com que o valor total da exportação chegasse à incrível marca dos 38 mil contos de réis.

O processo de vulcanização havia se vulgarizado e era amplamente difundido nas economias industriais da Europa e dos Estados Unidos. Tal fato operou na economia da Amazônia como um novo impulso para a demanda externa, estendendo a aplicação da borracha a praticamente todos os usos modernos, desde mangueiras, correias e calçados até equipamentos cirúrgicos, artigos esportivos e isolantes térmicos e elétricos (Santos, 1980). Até então, Weinstein (1993) avalia que o mercado da borracha esteve relativamente calmo. Para a autora, seu período mais agitado viria logo após a invenção de J. B. Dunlop, em 1888: a roda pneumática, e a “mania da bicicleta”. Tal evento foi precursor para a definitiva vinculação da indústria automobilística à atividade extrativa da borracha já no século XX.

Nos anos da transição republicana, as exportações mantiveram-se na casa das 16 mil toneladas, e o valor na casa dos 30 mil contos, graças à marca atingida em 1889, pois a inflação do período do encilhamento forçou os preços internos e externos para baixo, de tal modo que as 15,3 mil toneladas exportadas em 1890 totalizaram 25 mil contos de réis. Mesmo com a retração apresentada no ano seguinte, a elevação do

câmbio fez com que as 16,6 mil toneladas exportadas rendessem 27 mil contos de réis em 1891. E a partir daí, até o ano de 1895, continuou em trajetória ascendente, desde a quantidade exportada até a participação relativa da borracha na cesta de produtos da economia brasileira, chegando a alcançar um quarto das exportações em 1899. Isso se deveu às flutuações do câmbio, pois, em se tratando de uma mercadoria negociada no mercado internacional, remunerada em moeda estrangeira, a desvalorização da moeda nacional fez com que os valores das exportações computassem altas significativas. Após a elevada produção de 1895, da ordem de 27,7 mil toneladas, a queda nos preços internacionais de 1896 foi compensada pelo câmbio em favor da moeda estrangeira, que patrocinou a elevação do preço interno e um incremento da ordem de 30% no valor da produção exportada, mesmo que a quantidade fosse inferior ao ano anterior.

Embora a base econômica do Pará fosse o extrativismo, há que se considerar a tradição pecuária iniciada ainda no século XVIII pelos jesuítas, quando da instalação de fazendas de criação no arquipélago do Marajó. Em meados do XIX, além das fazendas do Marajó, o curso baixo do Amazonas, onde estão localizados os municípios de Santarém, Alenquer e Óbidos, entre outros, também se tornou uma importante zona de criação para o abastecimento regional⁹. A praça de Belém era abastecida com o gado criado no Marajó, que mesmo insuficiente era considerado de excelente qualidade até a década de 1870. Após isso, as dificuldades de transporte para Belém e as péssimas condições a que eram submetidos os animais a serem abatidos na capital rebaixaram a qualidade desse abastecimento. Por outro lado, exercia uma função de notável relevância na alimentação da população regional, juntamente com a atividade pesqueira (Santos, 1980).

Passado em revista o quadro geral da formação econômica regional, que aos poucos foi incorporando a força de trabalho necessária à am-

⁹ Essa zona do curso baixo do rio Amazonas e mais a do arquipélago do Marajó, em meados da década de 1850, contavam com pelo menos 22 fazendas de criação com registros de títulos de marca de sinal de gado (cf. Arquivo Público do Pará, códice n. 1.285A, Fundos da Presidência da Província). Entre os registros hipotecários coletados, 2 deles colocaram em garantia, além das terras da fazenda, mais de 9 mil cabeças de gado, evidenciando uma atividade com razoável possibilidade de abastecer o mercado de Belém.

pliação da oferta ao mercado internacional e definitivamente colocou Belém no circuito comercial internacional, por concentrar a maior parte das atividades comerciais necessária à viabilização da produção e exportação da borracha, em função dos impulsos externos criados pela vulcanização e pela invenção do pneumático, resta inquirir sobre a origem e as características do crédito para o aviamento do trabalho nos seringais.

2. O crédito na economia do aviamento

O esquema esboçado por Santos (1980), para delinear a composição das grandes categorias de agentes produtivos responsáveis pelo crescimento econômico regional, fornece a pista sobre a origem dos capitais que incitaram a descoberta de zonas produtivas e a ocupação destas, portanto a origem e o circuito que percorriam o capital que forneceu o crédito necessário para a expansão da economia amazônica e seu posterior desenvolvimento. De acordo com o autor, antes mesmo de a borracha começar a ter espaço na economia regional, sua procura era limitada basicamente pelos Estados Unidos e pela Europa, daí, portanto, partindo o capital inicial para dinamizar a produção ainda nas primeiras décadas do século XIX.

Esses agentes tinham a dupla função de exportar a produção extrativa e fornecer mercadorias importadas e crédito aos aventureiros ávidos pelo lucro rápido da atividade extrativa. Com o tempo, o número desses agentes dispostos ao financiamento se expandiu por imitação, abrindo espaço para a concorrência. Ocorre que os comerciantes portugueses já haviam desenvolvido um sistema peculiar de financiamento, assumindo os riscos da produção extrativista. Estavam postas as bases do aviamento, uma modalidade de crédito simultaneamente para produção e consumo, que consiste basicamente no fornecimento de mercadorias a crédito em troca de algum gênero extrativo (especialmente a borracha), numa cadeia de relações que vincula as casas exportadoras localizadas em Belém e Manaus aos produtores localizados nos seringais pelo interior da região amazônica e estes ao mercado internacional (Santos, 1968).

Nesse momento, ocorre uma divisão de funções, passando os agentes europeus e norte-americanos a se especializarem na exportação, deixando

a cargo dos portugueses, acostumados à prática do aviamento, a importação de mercadorias para o abastecimento do comércio e das zonas de extração. Contudo, essa oferta inicial de crédito se manteve dependente de agentes extrarregionais estrangeiros, que se aplicaram ao capital de risco, aos empréstimos a governos locais e ao financiamento de importações, tornando-se central para a produção de borracha.

Só depois da chegada do Barão de Mauá, na década de 1850, que, convidado pelo governo imperial, constituiu um dos maiores aportes de capital particular na região e passou a navegar os rios amazônicos em vapores, é que outros agentes privados de origem extrarregional, mas nacionais, participariam mais diretamente do financiamento de atividades na economia extrativista. Dedicaram-se a fornecer capital de giro para a manutenção de seringais através do financiamento de importações de cabotagem e, eventualmente, dinheiro. Desse modo, abasteciam as casas aviadoras, por sua vez responsáveis pela distribuição entre os aviados (comerciantes e seringalistas) e daí para o abastecimento dos comércios locais, que mediavam as trocas com os núcleos interioranos, e dos barcações nos seringais.

Outros comerciantes, sem reconhecimento legal e mesmo apontados como agentes clandestinos, portanto nocivos aos negócios da borracha, desempenharam papel fundamental no comércio interior: os regatões. Abastecidos na praça de Belém com toda sorte de mercadorias, navegavam pelos rios em demanda dos seringais, a fim de trocá-las por borracha, na intenção de realizar a produção obtida diretamente com os seringueiros, sem o conhecimento dos patrões seringalistas.

Para aviar o trabalho nos seringais, os seringalistas, e aspirantes ao posto, teriam que recorrer a determinados mecanismos financeiros, pois, detendo direitos exclusivos com seus subordinados, precisavam manter os seringais supridos dos gêneros essenciais à subsistência dos trabalhadores. O mecanismo usual para o financiamento era o aviamento: o financiamento por agentes exportadores localizados em Manaus e Belém.

Todavia, até que essa estrutura cooperativa entre várias frações de capital comercial (Costa, 2012) estivesse em perfeito funcionamento, empreendedores aspirantes a seringalistas utilizaram outros mecanismos para a obtenção do crédito necessário ao investimento na produção da borracha. Supõe-se que as hipotecas desempenharam papel relevante, mesmo depois da estruturação da cadeia do aviamento.

3. O crédito hipotecário na praça de Belém

Os dados analisados nesta seção correspondem aos registros de 2.175 documentos, coletados no livros 2 – A, C, F, localizados no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Note-se que a série de dados não corresponde, ou não é completa, a todo o período referido. Na época da pesquisa, os livros B, D, E não foram localizados no cartório, uma vez que se encontravam em processo de restauração. Assim, para traçar as características e inferir sobre o mercado de crédito em Belém, o conjunto dos dados foi analisado de modo a abranger as fases de expansão (1870-1874), correspondendo aos dados do livro 2 – A, do auge primário (1880-1885), correspondendo aos dados do livro 2 – C, e do auge mediano (1896-1899), correspondente aos dados do livro 2 – F.

Credores e devedores foram classificados em dois grandes grupos: particulares, composto por homens, mulheres e filhos menores representados por algum tutor, e coletivos, em que figuram bancos, companhias, instituições públicas, instituições vinculadas à Igreja, instituições de caridade e sociedades comerciais. As sociedades comerciais, em particular, correspondem a grupos de pessoas cujos dados não possibilitaram sua identificação enquanto pertencentes a uma mesma família. As companhias foram identificadas pelo caractere “&” na denominação.

Cumprir lembrar que a ausência de padronização nos registros implica certa dificuldade para uma identificação precisa e classificação quanto às ocupações. Por vezes, o nome era grafado com letras distintas (por ex., Souza e Sousa, Marcellino e Marcelino); um credor foi identificado como comerciante numa operação e noutra como negociante, e numa terceira como capitalista. Em outras situações, um capitalista também foi identificado como proprietário. O credor particular foi classificado como comerciante da mesma forma que uma companhia, ocorrendo o mesmo com a classificação de negociante. Houve até mesmo casos em que o perfil profissional do credor foi apontado numa operação e em outra não. Para estes, o registro sem profissão foi corrigido pelo que havia profissão apontada. De todo modo, os nomes foram padronizados em função da maior ocorrência, assim como para as identidades profissionais.

3.1 A fase de expansão (1870-1874)

No ano de 1870, foram registradas 83 hipotecas (13,8%) e o movimento de registro acompanhou a flutuação dos preços de exportação da borracha, ou seja, nos anos de preços altos houve uma correspondente elevação do número de registros de hipotecas, decrescendo esse número no ano de baixa do preço de exportação¹⁰.

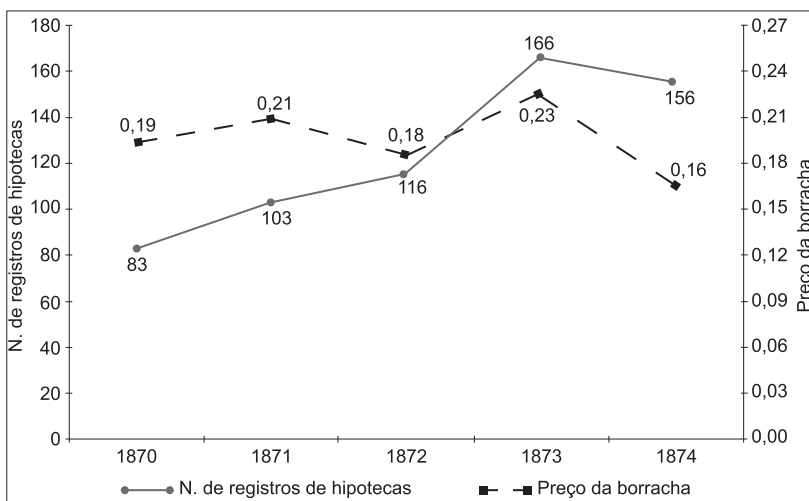
O ano com maior número de registros foi o de 1873 (27,5%), ano em que a borracha para exportação apresentou os melhores preços desde o primeiro registro de sua exportação, em 1827. Na série coletada, os meses com maior número de registros foram os de maio (11,2%), julho (10,7%) e março (10,5%). A distribuição em relação aos meses foi mais ou menos homogênea, tendo os mínimos de 5% e 6,7% nos meses de novembro e dezembro, respectivamente. Lembre-se de que há certa defasagem em relação aos registros desses meses, conforme anotado. Por estimativa, o número de registros no ano de 1874 pode ter chegado a algo em torno de 156 hipotecas, movimentando um valor não inferior a mil contos de réis¹¹. Assim corrigida, a série apresenta os meses de novembro e janeiro como os de menor número de registros.

Na fase de expansão, o valor total de crédito disponibilizado foi da ordem 3.369 contos de réis, colocados à disposição da economia paraense na seguinte proporção: 43,1 % pelos homens, 24,8% pelas companhias, 14% pelas instituições públicas, 12,2% pelos bancos, 5,3% pelas mulheres, 0,4% pelas sociedades comerciais e 0,3% por instituições vinculadas à Igreja católica. O valor médio das hipotecas ficou em torno de 5,6 contos de réis, com valores entre o máximo de 150 contos de réis e o mínimo de 129 mil-réis, tendo 5 documentos que não foram descritos valores em negociação, sendo 1 correspondente a um lançamento por equívoco do tabelião e 1 inscrição sem efeito com lançamento cancelado. O prazo médio foi de 13,5 meses, variando entre o má-

¹⁰ A série de documentos coletados é incompleta para o ano de 1874, pois a última inscrição do livro 2 – A foi realizada em 30 de outubro de 1874. Para completar a série até o final do ano, seria necessário dispor do livro 2 – B, que na ocasião da pesquisa não foi localizado no cartório.

¹¹ Registre-se que, sem a série completa, a estimativa sugere uma retração no número de registros que pode não ter havido. Em todo caso, o volume de recursos transacionados denota o caráter expansivo do mercado de crédito.

Gráfico 2 – Preços de exportação da borracha e número de registros de hipotecas por ano (1870-1874)



Fontes: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990); Livro 2 – A, Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

ximo de 240 meses e o mínimo para pagamento imediato, no dia de registro no cartório de notas e ofícios¹², contendo a amostra 55 documentos em que não foram informados prazos e outros 3 com prazo indeterminado. Os juros médios foram de 13,5% ao ano, com variação entre o máximo de 36% e o mínimo de 6%, e em 31 registros não havia juros informados. Registrem-se, ainda, 53 documentos que não informavam nem prazo nem juros.

a) Perfil dos credores

Os particulares foram credores em 440 operações (73,3%), e os coletivos registraram 160 hipotecas (26,6%), tendo ainda 1 registro sem identificação do credor (0,2%). Entre os primeiros estão homens e mulheres, e entre os credores coletivos podem ser enumerados companhias, instituições públicas, bancos, Igreja e sociedades comerciais. Dos credores particulares, os homens estiveram à frente de 385 operações

¹² Possivelmente já vencida, que era formalizada para facilitar o recebimento.

(87,5%) e as mulheres, em 55 (12,5%). Dos credores coletivos, 106 hipotecas eram encabeçadas por companhias (66,3%), 36 por instituições públicas (22,5%), 14 por bancos (8,8%), tendo ainda 2 registros cujos credores eram instituições vinculadas à Igreja católica (1,3%), e 2 registros tendo como credores sociedades comerciais (1,3%). A maioria absoluta desses agentes (86,2%) residia no Pará, e 51% estavam domiciliados na zona urbana de Belém. Em 36 casos (6%) não foi registrado o domicílio, 2 pessoas residiam na Província do Amazonas e 5 na corte do Império (Rio de Janeiro).

Para 130 casos (21,6%) não houve indicação da ocupação dos agentes. Entre esses casos estão 105 credores homens, 16 credoras mulheres, 8 companhias e o lançamento sem a identificação do credor. Entre as companhias estão incluídas algumas de relevo na economia do Pará, como a Companhia Estrada de Ferro Paraense, as firmas Barata, Paiva, Miranda & Cia. e Bento Rebelo de Andrade & Cunha, e o Cartório José de Castro. Assim, não foi possível estabelecer uma classificação ocupacional para o total de 122 casos. As identidades profissionais, ou ocupações, mais frequentes foram as de negociantes (20,8%), seguidas pelos comerciantes (17,5%), depois pela classificação genérica de proprietários (16%). Destaquem-se ainda as participações de empregados públicos (5,2%), capitalistas (2,5%), bancos (2,3%) e lavradores e médicos (2% cada).

Tabela 1 – Ocupação dos credores (1870-1874)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Negociantes	125	20,8
Comerciantes	105	17,5
Proprietário	96	15,9
Instituições Públicas	36	6,0
Empregado público	31	5,2
Capitalista	15	2,5
Banco	14	2,3
Lavrador	12	2,0
Médico	12	2,0
Outros	25	4,2
Sem registro	130	21,6
Total	601	100

Apesar das dificuldades em estabelecer uma precisa classificação, foram identificados pelo menos 340 agentes distintos.

b) Perfil dos devedores

Entre os particulares, que estiveram envolvidos em 570 hipotecas, 86,3% apresentaram homens e 13,7% apresentaram mulheres como titulares das dívidas. As coletividades eram titulares das demais 31 dívidas, entre as quais 51,6% eram as sociedades comerciais e 48,4% eram companhias. À exceção de 2 registros, todos os demais devedores eram domiciliados no Pará. Mais de três quartos tiveram seus domicílios registrados no município de Belém e suas freguesias (79%), e em 29,5% dos casos o registro do domicílio apontou apenas Belém, sem designar a freguesia. Ademais, nas freguesias que se pode considerar o núcleo urbano de Belém (e mesmo do Pará), estavam localizados 45,9% dos titulares das dívidas registradas. Os 2 registros de domicílio fora do Pará correspondem a 1 domicílio no rio Madeira, na Província do Amazonas, e 1 em Lisboa, Reino de Portugal.

Para 191 casos (31,8%) não houve registro de profissão para os devedores, e entre esses casos constam como devedoras a Companhia Estrada de Ferro Paraense, a sociedade comercial encabeçada pelos senhores Gentil Augusto Cardoso e Francisco Henrique de Mattos acompanhados das respectivas esposas, além do senhor Amaro Mauricio Marques¹³. Das identidades profissionais, foi mais frequente a classificação genérica de proprietários (38,4%). Depois, seguem-se lavradores (8%), comerciantes (5,2%), artistas (4,5%), negociantes (3,5%) e empregados públicos (3%). Os demais 34 casos foram identificados com diversas profissões, como advogado, engenheiro, farmacêutico, médico, tabelião, capitalista, caixeiro, carapina (carpinteiro), carroceiro, fazendeiro, ferreiro, joalheiro, padeiro, trabalhador etc. Entre os casos sem registro de profissão, estão incluídos 160 homens, 26 mulheres e 4 sociedades comerciais (Tabela 2).

¹³ A Companhia Estrada de Ferro Paraense realizou o maior empréstimo do período ora tratado, movimentando, no Banco Mauá & Cia. o montante de 150 contos de réis (livro 2 – A, fl. 289); a sociedade dos senhores Gentil Cardoso e Francisco Mattos tomou emprestada da firma Barata, Paiva, Miranda & Cia. a quantia de 115 contos de réis, configurando a segunda maior operação (livro 2 – A, fl. 139); e o senhor Amaro Mauricio Marques, na quarta maior operação do período, tomou emprestada da casa aviadora de Elias José Nunes da Silva & Cia., uma das mais importantes de Belém, a importância de 75 contos de réis (livro 2 – A, fl. 176).

Tabela 2 – Ocupação dos devedores (1870-1874)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Proprietário	231	38,4
Lavrador	48	8,0
Comerciantes	31	5,2
Artista	27	4,5
Negociante	21	3,5
Empregado público	18	3,0
Outros	34	5,6
Sem registro	191	31,8
Total	601	100

Os homens tomaram emprestado um valor total de 2.188 contos de réis em 492 operações, realizadas por 392 distintos agentes. As sociedades comerciais, que, em 16 operações realizadas por 13 agentes, fizeram empréstimos hipotecários no valor total de 542,8 contos de réis. As companhias tomaram emprestados, em 15 operações realizadas por 11 agentes distintos, 402,3 contos de réis. Por fim, as mulheres estiveram à frente da garantia de dívidas de um montante de 235,8 contos de réis, tomados emprestados em 78 operações por 74 pessoas diferentes.

c) Das garantias

Dos 601 registros compulsados, 97,2% foram garantidos com imóveis e o 2,8% restante correspondendo a 12 garantias com direitos, 1 com embarcação, 1 sem bens ou direitos descritos, 1 com a designação de “todos os bens móveis, imóveis e semoventes”¹⁴, e o documento corresponde ao lançamento por engano e o que teve a inscrição cancelada. Dos bens imóveis correspondem a 55,7% os prédios ou casas; 14,3% eram sortes de terras ou terrenos; 12,3% eram terrenos edificadas ou benfeitorizados; 9,8% correspondiam a sítios, engenhos, fazendas ou ilhas; 3,3% a chácaras ou rocinhas; 1,3% eram estabelecimentos diversos, como oficinas, serrarias, olarias, além da ferrovia “com todo trem rodante e materiais a *ella* pertencentes; o terreno [...]; e o privilégio concedido á mesma Estrada”¹⁵. Em relação à localização dos imóveis, 81,5% estavam

¹⁴ Livro 2 – A, fl. 162.

¹⁵ Livro 2 – A, fl. 289.

em zonas urbanas, 18,4% em zonas rurais, além de 1 imóvel localizado no Reino de Portugal. Todavia, tal classificação é limitada e imprecisa, uma vez que os imóveis descritos genericamente como rocinhas, por exemplo, podem se localizar em zonas intermediárias entre o urbano e o rural ou mesmo nelas inseridas.

Pouco mais de quatro quintos dos imóveis oferecidos estavam localizados em Belém, a maior parte localizada no núcleo urbano de Belém, ou seja, nas freguesias de Nossa Senhora da Graça da Sé (23%), Santíssima Trindade (22%), Sant'Anna da Campina (19,1%) e Nossa Senhora de Nazareth do Desterro (17,5%), e os demais em freguesias deslocadas do núcleo urbano da capital, entre as quais se destacam a de São Francisco Xavier de Barcarena e a de São Miguel de Beja, além de Nossa Senhora da Conceição de Benfica. Os outros imóveis de Belém estavam localizados em São Vicente de Inhagapy, Sant'Anna do Capim, São Domingos da Boa Vista e Nossa Senhora do Ó do Mosqueiro.

O segundo município onde havia mais imóveis hipotecados era Moju, com 11 imóveis na freguesia do Divino Espírito Santo de Moju, 13 imóveis na freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairary e 2 em São José do Acará. Depois o município de Igarapé-Mirim, onde 11 imóveis estavam localizados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté e 3 na freguesia de Sant'Anna de Igarapé-mirim. Cumpre ainda anotar os 6 imóveis de São Miguel do Guamá e os 2 de Nossa Senhora da Piedade de Irituia, sendo as duas freguesias do município de Ourém.

Por fim, cabe lembrar que 96,7% dos registros informaram garantias com imóveis localizados no Pará. Excetuando-se as 11 garantias com direitos e as 5 sem informações, os 4 empréstimos restantes foram garantidos 1 com imóvel em Manaus e outras propriedades nos rios Madeira e Uruapiara, na Província do Amazonas, e 3 foram garantidos com casas e terras em Portugal.

3.2 O auge primário (1880-1885)

O livro 2 – C inicia a série de dados a partir de fevereiro de 1880 e encerra em novembro de 1885, totalizando 773 registros. No primeiro ano foram registradas 108 hipotecas e no último, 160. A estimativa é que em janeiro de 1880 tenham sido realizadas pelo menos 8 hipotecas,

resultando em 116 registros naquele ano. Estimados os registros para dezembro de 1885 em 11 hipotecas, o total de registros no ano pode ter sido de 171. Contudo, o ano com maior número de registros foi o de 1885 (20,7%), quando a borracha para exportação apresentou preços equivalentes a pouco mais da metade daqueles registrados em 1870, ou menos da metade do melhor preço registrado desde o início dos registros de exportação, em 1873. Para a série, os meses com maior número de registros foram os de junho (10,6%), outubro (10,1%) e julho e agosto (9,3% cada mês). Os meses com menor número de registro foram os de dezembro (5,7%) e setembro (7,1%).

Nessa fase do auge primário, o comportamento dos registros difere um pouco do comportamento da série anterior, embora, no geral, apresente-se equivalente. À exceção do ano de 1884, as retas de preços da borracha e número de registros de hipotecas têm comportamento relativamente idêntico¹⁶. Por outro lado, ainda que as trajetórias sigam os mesmos traçados, a amplitude da variação é menor.

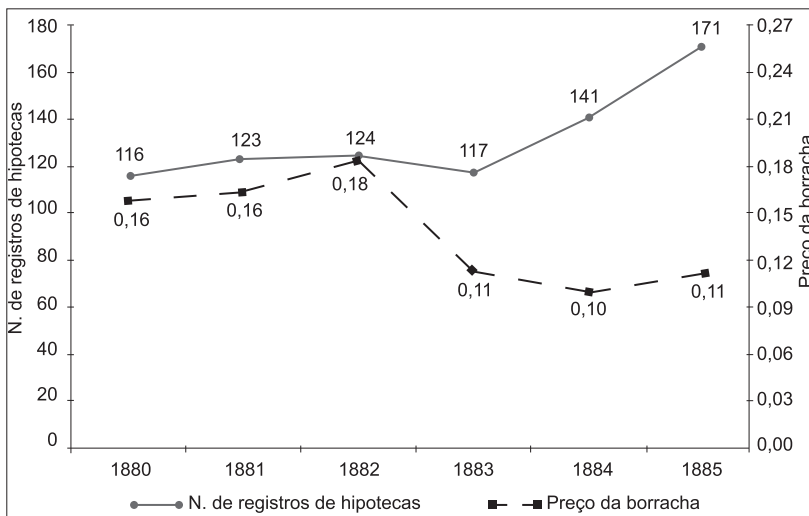
Na fase inicial do auge gomífero, o valor total de crédito disponibilizado foi da ordem 6.117 contos de réis, colocados à disposição da economia paraense na seguinte proporção: 37,3% pelos homens, 22,5% pelas companhias, 19,2% pelos bancos, 9,4% pelas instituições públicas, 6,1% pelas sociedades comerciais, 5,3% pelas mulheres, além de uma operação encabeçada por filhos menores e 1 por instituição vinculada à Igreja católica. O valor médio das hipotecas ficou em torno de 7,9 contos de réis, com valores entre o máximo de 300 contos de réis e o mínimo de 44 mil-réis. O prazo médio foi de 14,3 meses, variando entre o máximo de 72 meses e o mínimo de 1 mês. Os juros médios foram de 12,8% ao ano, com variação entre o máximo de 42% e o mínimo de 2%. Registre-se, ainda, que em 64 documentos não informaram prazos e 78 não tinham juros informados.

a) Perfil dos credores

Igualmente classificados em dois grandes grupos, os particulares,

¹⁶ A série de documentos coletados é incompleta para os anos de 1880 e 1885. A primeira inscrição do livro 2 – C é de fevereiro de 1880 e a última inscrição de 1885 é de novembro de 1885. Para completar a série até o final do ano, seria necessário dispor dos livros 2 – B, D, que na ocasião da pesquisa não foram localizados no cartório.

Gráfico 3 – Preços de exportação da borracha e número de registros de hipotecas por ano (1880-1885)



Fontes: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990); Livro 2 – C, Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

credores em 590 operações (76,3%), e os coletivos, que registraram 183 hipotecas (23,7%). Entre os primeiros estão homens, mulheres e filhos menores, e entre os credores coletivos podem ser enumerados companhias, instituições públicas, bancos, instituições vinculadas à Igreja e às sociedades comerciais. Dos credores particulares, os homens estiveram à frente de 546 operações (92,5%) e as mulheres em 43 (7,3%), tendo ainda 1 registro cujos credores eram os filhos órfãos do Dr. Antonio Vicente Magno. Dos credores coletivos, 127 hipotecas eram encabeçadas por companhias (69,4%), 26 por instituições públicas (14,2%), 24 por bancos (13,1%), 5 por sociedades comerciais (2,7%), tendo ainda 1 registro cujo credor era uma instituição vinculada à Igreja católica (0,5%). A maioria absoluta desses agentes (96,8%) residia no Pará, e 85,3% estavam domiciliados na zona urbana de Belém. Em 2 casos não foi registrado o domicílio (0,3%), em outros 2 foi registrado o Rio de Janeiro, 1 pessoa morava na Bahia, 2 no Amazonas, 1 em Hamburgo e 17 em Portugal. Desse modo, 97,4% dos registros tinham credores residentes no Brasil e 2,3%, no exterior.

Para 17 casos (2,2%) não houve indicação da ocupação dos agentes. Entre esses casos estão 8 credoras mulheres, 1 credor homem e 7 companhias, além do registro cujos credores eram os filhos órfãos. Assim, não foi possível estabelecer uma classificação ocupacional para o total de 10 casos. As identidades profissionais mais frequentes foram as de comerciantes (27,7%), seguidos pela classificação genérica de proprietários (18%) e pelos negociantes (14,7%). Destaquem-se ainda as participações de capitalistas (7,9%), empregados aposentados (4,1%), artistas (3,4%), bancos (3,1%) e advogados (3%) (Tabela 3). Foram identificados 378 agentes distintos.

Tabela 3 – Ocupação dos credores (1880-1885)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Comerciantes	195	25,2
Proprietário	175	22,6
Negociantes	117	15,1
Capitalista	81	10,5
Público	26	3,4
Banco	24	3,1
Advogado	23	3,0
Artista	21	2,7
Médico	17	2,2
Empregado público	16	2,1
Outros	61	7,9
Sem registro	17	2,2
Total	773	100

b) Perfil dos devedores

Entre os particulares, que estiveram envolvidos em 736 hipotecas, 84,9% apresentaram homens e 15,1% apresentaram mulheres como titulares das dívidas. As coletividades eram titulares das demais 37 dívidas, entre as quais 67,6% eram companhias, 27% eram sociedades comerciais e em 2 casos os titulares das dívidas eram instituições de caridade. Apenas 1 registro não forneceu o local de domicílio do devedor, outros 3 eram domiciliados em Portugal, 5 no Amazonas e 2 no Rio de Janeiro. Todos os demais devedores eram domiciliados no Pará. Em 87,7% dos registros, o domicílio apontado era uma das freguesias da zona urbana de Belém, sendo 20,6% na Sé, 20,8% em Sant’Anna, 24,6% na Trindade e 21,7% em Nazareth.

Para 15 casos (1,9%) não houve registro de profissão para os devedores. Das identidades profissionais, foi mais frequente a classificação genérica de proprietários (48,1%). Depois, seguem-se os negociantes (12,3%), comerciantes (7,1%), artistas (6,3%), lavradores (5,8%) e empregados públicos (5%). Os demais 103 casos foram identificados com diversas profissões, tais como advogado, engenheiro, farmacêutico, industrial, médico, notário público, costureira, pedreiro, prático, professor, quitandeira etc. Entre os casos sem registro de profissão, estão incluídos 9 homens, 4 mulheres, 1 sociedade comercial e 1 companhia (Tabela 4).

Tabela 4 – Ocupação dos devedores (1880-1885)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Proprietário	372	48,1
Negociante	95	12,3
Comerciantes	55	7,1
Artista	49	6,3
Lavrador	45	5,8
Empregado público	39	5,0
Outros	103	13,4
Sem registro	15	2,0
Total	773	100

Os homens tomaram emprestado um valor total de 4.432,8 contos de réis em 625 operações, realizadas por 409 distintos agentes. As companhias tomaram emprestados, em 25 operações realizadas por 22 agentes distintos, 755,6 contos de réis. As sociedades comerciais, que, em 10 operações realizadas por 10 agentes, fizeram empréstimos hipotecários no valor total de 508,4 contos de réis. Por fim, as mulheres estiveram à frente da garantia de dívidas de um montante de 412,5 contos de réis, tomados emprestados em 112 operações por 83 pessoas diferentes, além das 2 operações realizadas por 2 diferentes instituições de caridade no valor total de 8 contos de réis.

c) Das garantias

Das 773 hipotecas registradas no período, 99,3% foram garantidas com imóveis e o restante correspondendo a 4 garantidas com benfeitorias, 1 com todos os bens para assegurar pagamento de ação conde-

natória e 1 registro cujo lançamento era sem efeito. Entre os bens imóveis, 57,4% eram prédios ou casas, 21,3% eram terrenos edificadas ou com benfeitoria, 11% eram sortes de terras ou terrenos, 4,8% eram engenhos, fazendas ou sítios e 3,6% eram chácaras ou rocinhas, além de 8 estabelecimentos diversos, entre os quais 2 olarias, 1 serraria e 1 oficina. Em relação à localização dos imóveis, 87% estavam em zonas urbanas, 13%, em zonas rurais.

Dos imóveis oferecidos, apenas 5 não apontaram a localização. Os demais 99,4% dos registros foram garantidos com imóveis no Pará, e 89,5% estavam localizados no núcleo urbano de Belém.

3.3 O auge mediano (1896-1899)

Os registros do livro 2 – F têm início no mês de setembro de 1896 e encerram em agosto de 1899, totalizando 801 documentos. As hipotecas inscritas em 1896 correspondem a 66 registros, cujas estimativas apontam para algo em torno de 205 transações. Para o ano de 1899, foram registradas 182 hipotecas, que estimadas podem chegar a 268 operações de crédito¹⁷.

O ano com maior número de registros foi o de 1898 (39,3%), quando os preços da borracha já haviam tomado nova trajetória ascendente. Na série coletada, os meses com maior número de registros foram os de julho (11,6%), agosto (10,5%) e março (9,5%), tendo ainda o mês de junho com 9,4% dos registros. Corrigida pelas estimativas, a série apresenta os meses de fevereiro e setembro como os de menor número de registros (6,2%).

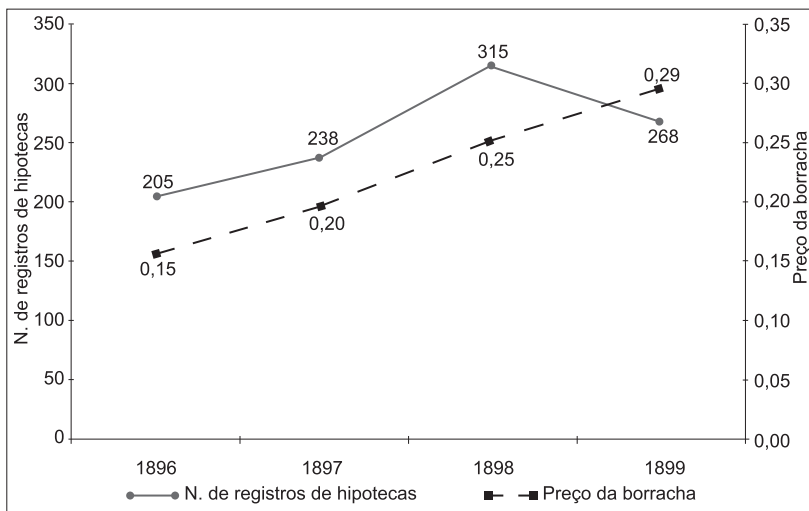
Observado o comportamento do número de registros em relação aos preços, apenas no ano de 1899 as retas se movimentam antagonicamente¹⁸. Embora os preços externos estivessem em baixa, o câmbio e a

¹⁷ A série de documentos coletados é incompleta para os anos de 1896 e 1899. A primeira inscrição do livro 2 – F é de setembro de 1896 e a última inscrição é de agosto de 1899. Para completar a série até o final do ano, seria necessário dispor dos livros 2 – E, G, que na ocasião da pesquisa não foram localizados no cartório.

¹⁸ Do mesmo modo que para a série entre os anos de 1870 e 1874, as estimativas aqui sugerem uma retração que pode não ter havido. Se forem analisados os volumes transacionados anualmente, perceber-se-á que o mercado de crédito se mantém numa trajetória crescente.

alta dos preços internos ofereceram condições para o excelente resultado apresentado naquele ano. Provavelmente o volume de recursos transacionados e o decréscimo no número de registros de hipotecas são funções daquele resultado.

Gráfico 4 – Preços de exportação da borracha e número de registros de hipotecas por ano (1896-1899)



Fontes: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990); Livro 2 – F, Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

No período, o valor total de crédito disponibilizado foi da ordem 15.942 contos de réis, colocados à disposição da economia paraense na seguinte proporção: bancos 42,2%, homens 24,5%, sociedades comerciais 16,6%, companhias 16,2%, mulheres 4,9%, instituições públicas 1,7%, filhos menores 1,08% e instituições vinculadas à Igreja 0,02%. Note-se que na categoria bancos estão incluídos empréstimos realizados pela Sociedade de Crédito Popular, com a participação de 6,4%. O valor médio das hipotecas ficou em torno de 19,9 contos de réis, com valores entre o máximo de 2.600 contos de réis e o mínimo de 350 mil-réis¹⁹.

¹⁹ Dado que apenas 1 dos empréstimos realizados no ano de 1896, que teve como credora a Companhia Estrada de Ferro Paraense negociando um valor de 2,6 mil contos de réis, um valor muito significativo para o conjunto dos dados que influenciará na elevação do valor médio das hipotecas para o período, tal distorção pode

O prazo médio foi de 20,4 meses, variando entre o máximo de 314,1 meses e o mínimo de 1,23 mês. Os juros médios foram de 10,7% ao ano, com variação entre o máximo de 42% e o mínimo de 1%. Registre-se, ainda, que em 1 documento não foi informado os valores em negociação e em outros 2 os valores foram informados em libras esterlinas e em francos. Os prazos não foram informados em 32 documentos, e em 135 não havia juros informados. Entre os 135 documentos sem juros informados, estão incluídas 81 hipotecas realizadas nos bancos, que no campo reservado aos juros informa que seriam cobradas as taxas semanalmente estipuladas para o desconto das letras. Por outro lado, seguindo a pista de 2 hipotecas realizadas no Banco Norte do Brasil, cuja informação sobre os juros versa que seria cobrada a “taxa *media* de descontos do Banco e nunca inferior a dez por cento ao *anno*”²⁰, e aplicado o teste para verificar a taxa da moda dessa série (12% ao ano), então a taxa média de juros terá um leve acréscimo, girando em torno de 11,5% ao ano.

a) Perfil dos credores

Os credores particulares realizaram 419 operações, e em 376 delas os titulares eram homens, em 38 eram mulheres e 5 registros informaram filhos menores. Entre os coletivos, que registraram 382 hipotecas, os bancos estiveram à frente de 281 empréstimos, as companhias em 91, as instituições públicas em 4 e as sociedades comerciais e associações civis em 3 cada. A maioria absoluta desses agentes (95,7%) residia no Pará, e 37,9% informaram os domicílios na zona urbana de Belém. Em 5 casos não foi registrado o domicílio e 21 registros apontaram países da Europa como domicílio, entre os quais Portugal se destaca com 13 registros, além da França, especificamente Paris, com 2 registros, 1 em Londres,

ser minimizada se for observado o valor da hipoteca da moda, que para aquele ano foi de 2 contos de réis, e para todo o período foi de 3 contos de réis. Em todo caso, esses valores ainda correspondem a menos da metade do valor médio das hipotecas nas fases de expansão e do auge primário. Mesmo se for suprimido o valor do empréstimo realizado pela Companhia Estrada de Ferro Paraense, o valor médio da hipoteca para aquele ano será de 16,5 contos de réis, implicando uma diminuição do valor médio das hipotecas para todo o período de apenas 3,3 contos de réis.

²⁰ Livro 2 – F, fl. 66, 75.

na Inglaterra, e a designação genérica de Europa nos demais 5 casos. Do estado do Amazonas, foram 7 os registros, e 1 do Rio de Janeiro.

As identidades profissionais mais frequentes foram as de comerciantes (32,5%), seguidos pelas instituições financeiras (22,8%), depois pela classificação genérica de proprietários (12,5%), pelos bancos (12,2%), pelos capitalistas (3,6%), pelos empregados públicos (2,2%) e pelos negociantes (2,1%). Em 12 casos (2%) não houve registro de profissão ou ocupação e um total de 85 casos apresentaram profissões variadas, destacando-se os advogados (1,4%) e industriais (0,7%), e mais médicos, guarda-livros, artistas, empregados no comércio, barbeiro, maquinista e prendas domésticas (Tabela 5).

Tabela 5 – Ocupação dos credores (1896-1899)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Comerciantes	260	32,5
Instituição financeira	183	22,8
Proprietários	100	12,5
Bancos	98	12,2
Capitalistas	29	3,6
Empregados públicos	18	2,2
Negociantes	17	2,1
Outros	84	10,5
Sem registro	12	1,6
Total	801	100

Para os 12 casos em que não houve indicação da ocupação dos agentes, estão os 5 registros de filhos menores, 5 credoras mulheres, 1 credor homem e 1 sociedade comercial. Assim, não foi possível estabelecer uma classificação ocupacional para apenas 11 casos.

b) Perfil dos devedores

Entre os particulares, que estiveram envolvidos em 749 hipotecas, 80,6% apresentaram homens, 19,2% apresentaram mulheres como titulares das dívidas. Dos 52 registros nos quais eram titulares das dívidas as coletividades, as sociedades comerciais responderam por 55,8%, as companhias por 42,3% e 1 empréstimo foi solicitado por uma associação civil. A maioria absoluta dos devedores era domiciliada no Pará, com

90% dos registros apontando Belém ou freguesias de seu núcleo urbano. Dos 10 registros de domicílio fora do Pará, 4 eram do estado do Amazonas, 1 do Rio de Janeiro, 4 de Portugal e 1 com a designação genérica de Europa.

Para 6 casos não houve registro de profissão para os devedores. As identidades profissionais mais frequentes correspondem à classificação genérica de proprietários (54,6%), seguidos dos comerciantes (20,2%), dos artistas (4,2%), dos empregados públicos (3,5%), dos negociantes (2,6%) e dos industriais (1,6%). Os demais 100 casos foram identificados com diversas profissões, das quais se destacam os lavradores (1,1%) e advogados (1%), além de médicos, agentes de leilões, magistrados e notários públicos, engenheiro, capitalista, guarda-livros, litógrafo, padre, empreiteiro, agricultor, professor etc. Entre os casos sem registro de profissão, estão incluídos 4 homens, 1 mulher e 1 fábrica de papel (Tabela 6).

Tabela 6 – Ocupação dos devedores (1896-1899)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Proprietários	430	53,7
Comerciantes	160	20,0
Artistas	37	4,6
Empregados públicos	33	4,1
Negociantes	20	2,5
Industriais	14	1,8
Outros	101	12,6
Sem registro	6	0,7
Total	801	100

Os homens tomaram emprestado um valor total de 8.949,8 mil contos de réis em 604 operações, realizadas por 456 distintos agentes. As companhias realizaram 22 operações, encabeçadas por 20 agentes, tomando emprestado o valor total de 4.026,9 contos de réis. As sociedades comerciais tomaram emprestados, em 29 operações realizadas por 28 agentes distintos, 1.488 contos de réis. Por fim, as mulheres estiveram à frente da garantia de dívidas de um montante de 1.454,6 contos de réis, tomados emprestados em 144 operações por 105 pessoas diferentes, além da associação civil, que realizou 1 empréstimo hipotecário no valor de 12 contos de réis.

c) Das garantias

Todas as hipotecas foram garantidas com imóveis no Pará, e 88,4% dos imóveis estavam situados especificamente no núcleo urbano de Belém, município no qual estavam 98,5% dos imóveis oferecidos. Os demais 11,9% estavam localizados em zonas rurais. Prédios ou casas corresponderam a 51,9% dos imóveis, 32,6% eram terrenos edificados ou com benfeitorias, 10,1% eram sorte de terras ou terrenos, 1,5% eram engenhos, fazendas ou sítios, 0,9% eram chácaras ou rocinhas e os 3% restantes eram de estabelecimentos industriais diversos, tais como olarias, serrarias, fábricas de cerâmica, saboaria, fábrica de gelo, 2 usinas elétricas, sendo 1 da Companhia Estrada de Ferro Paraense e outra de Freitas & Santos.

Por fim, cabe lembrar ainda que, dos imóveis rurais, alguns estavam situados ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, o instrumento de operacionalização da política de colonização da Zona Bragantina (Leandro; Silva, 2012). Destaque-se a Vila do Pinheiro, com 25 imóveis, e o núcleo de Benfica, com 18 imóveis. Cabe lembrar ainda de Castanhal e Marapanim, além de Jambu-Açu, Marituba. Nesses núcleos coloniais, criados na década de 1890, à exceção de Benfica, ainda da década de 1870, os imóveis hipotecados se referiam a lotes de terras agrícolas ou estabelecimentos industriais de olarias, serrarias, engenhos de moer cana, terrenos na margem da Estrada de Ferro de Bragança.

Considerações finais

Com uma economia assente em bases extrativas, a Amazônia pode gozar, por um razoável período, da virtual exclusividade no fornecimento da borracha que era crescentemente demandada pelo departamento industrial das economias capitalistas centrais, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Essa dinâmica processou transformações significativas na estrutura produtiva do Pará, que assistiu as tentativas relativamente fracassadas das elites tradicionais em salvaguardar a economia regional dos efeitos fugazes da extração da borracha.

Após os impulsos externos oferecidos pela vulcanização, a economia amazônica, de base extrativa, será expandida, e as estruturas produtivas

montadas para explorar a floresta, que inicialmente estiveram assentes em bases caboclo-camponesas, valeram-se dos deslocamentos intrassetorias na própria economia paraense e depois aproveitaram os deslocamentos inter-regionais para ampliar a produtividade a partir do incremento da mão de obra aplicada na extração, aumentando sensivelmente a produção exportada.

A classe de seringalistas em formação na Amazônia estava sendo composta, em sua maioria, por pessoas emergentes, oriundas da classe de comerciantes portugueses, que se diferenciavam da elite tradicional, entre outras características, pela ânsia de lucro rápido. Observando as oportunidades que se desenhavam, esses aventureiros podem ter optado pela diversificação de seu portfólio de investimentos, hipotecando seus imóveis para obter os recursos necessários aos investimentos nos seringais.

Os problemas históricos que haviam colocado a economia amazônica num impasse haviam sido transpostos no início da metade do século XIX: a mão de obra incorporada aos seringais em função de deslocamentos inter-regionais no Brasil e intrassetoriais na estrutura econômica da região; o avanço técnico no sistema de transportes, com a introdução do barco a vapor e de companhias estrangeiras concorrendo para o escoamento da pujante produção extrativista; e a formação de uma massa de capital privado que fizesse girar a máquina do aviamento.

Ao analisar o conjunto dos registros de hipotecas, dois traços característicos são informados pelos dados: (1) o crédito oferecido era majoritariamente privado e individual, e (2) quase exclusivamente nacional, mas de origem estrangeira (majoritariamente lusitana), de onde advinham os integrantes da classe comercial do Pará. Essas duas características não sofrem alterações significativas ao longo do tempo.

Embora os aportes iniciais de capital na região tenham sido indiscutivelmente realizados por estrangeiros, a acumulação realizada em períodos anteriores fez com que esse excedente fosse reinvestido na região, financiando novos empreendimentos florestais, o comércio e o incipiente setor industrial, além de alguns serviços urbanos.

No período da expansão, o crédito será exclusivamente nacional, com a devida ressalva de sua origem. A participação de capitais estrangeiros no período seguinte será da ordem de 6,2% do total dos recursos, retraindo-se a 2,5% no último período analisado. E é no último período, aqui denominado de auge mediano em relação à economia da borracha,

que se observa o auge dos empréstimos hipotecários no século XIX, sofrendo um aumento da ordem de 373% em relação ao volume de recursos transacionados, enquanto a variação no número de registros foi positiva na ordem de 33%.

Os principais agentes na oferta de crédito nas duas primeiras fases analisadas foram os homens e as companhias. Os homens com uma fatia de mercado em torno dos 40% do volume de recursos, enquanto as companhias dominavam outros 20%, em média. No final do século, essa participação cairá a 24,5% e 9,8%, respectivamente. Esses agentes perderam espaço para as instituições financeiras, que em todo o período não figuram em nenhuma operação como devedores. A ampliação da participação dos bancos fez com que esses agentes chegassem ao final do século XIX como os principais agentes na oferta de crédito na praça de Belém, mais que dobrando o tamanho de sua fatia de mercado, chegando ao auge mediano com uma participação da ordem de 42,2% dos recursos emprestados.

Tal crédito foi absorvido majoritariamente pelos homens, grupo que se manteve como o principal tomador de empréstimos tanto em relação ao volume de recursos transacionados, quanto ao número de operações em cada período analisado. Contudo, assim como as sociedades comerciais, esses agentes cederam espaço às mulheres e companhias em relação aos recursos captados. As companhias mais que dobraram o percentual da captação de recursos ao longo do período, e as mulheres também aumentaram sua participação como devedoras.

A participação das mulheres merece um destaque por se manter relativamente estável na expansão e no auge. Enquanto credoras, mantiveram-se com uma fatia de mercado em torno dos 5,3%, retraindo-se a 4,2% no auge. Como devedoras, captaram um valor em torno de 7% dos recursos oferecidos, ampliando sua participação em torno de 30% ao longo de todo período. As instituições vinculadas à Igreja, outrora importantes fontes de empréstimos, especialmente no período colonial, viram diminuir sua participação nas operações como credoras, enquanto novos agentes foram ingressando no mercado. Retrai-se, consideravelmente, a participação das instituições públicas, que, de um montante de recursos relativos a 14% de todo o volume emprestado, chegou a apenas 1,7% ao final do século XIX.

As condições dos empréstimos tenderam a melhorar com o tempo,

tendo os prazos ampliados e os juros diminuídos. Os volumes transacionados também cresceram sobremaneira, indicando o caráter expansivo da economia paraense, que, fundamentada na exploração da borracha, era praticamente dependente dela.

Contudo, a grande maioria do crédito hipotecário financiou outras atividades produtivas da economia paraense, que, direta ou indiretamente, apoiaram a expansão da economia gomífera. Por outro lado, a despeito do capital estrangeiro, notadamente o britânico, ter sido a principal fonte de financiamento da economia da borracha, o crédito hipotecário, levantado em fontes de financiamento de instituições nacionais e regionais, também ajudou a financiar, em menor escala, o capital de giro de alguns seringais amazônicos.

Referências bibliográficas

- AJAYI, J. FADE. (ed.). *História geral da África*. V.VI: *África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- BELLO, Wenceslão. Extração da borracha. In: *Brasil: séries estatísticas retrospectivas*. V. 2: *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. Tomo 1: *Introdução, indústria extrativa*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- BENCHIMOL, S. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer, 1999.
- BOAHEN, A. A. (ed.). *História geral da África*. V.VII: *África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- COSTA, Francisco de Assis. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência da Ford no Tapajós*. Belém: NAEA, 1993.
- COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. *Nova Economia*, v. 20, n. 1, p. 167-206, jan.-abr. 2010.
- COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012.
- EMMI, Marília. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- FONTES, Edilza Joana Oliveira. “*Preferem-se portugueses(as)*”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Campinas: UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado).
- FONTES, Edilza Joana Oliveira. Imigração e mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX: o caso dos portugueses em Belém do Pará. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- KLEIN, Daniel da Silva. A Amazônia no ciclo da borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. *Revista Estudos Amazônicos*, v. VIII, n. 2, p. 165-189, 2012.
- LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. A Estrada de Ferro de Bragança e a colonização da Zona Bragantina do estado do Pará. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 15, n. 2, dez. 2012.
- MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia*, v. 1, n. 56, p. 147-170, jan.-mar. 2002.
- MUNIZ, Palma. *Estado do Grão-Pará: imigração e colonização – História e estatística (1616-1916)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.
- PARÁ (Província). Presidente (João Alfredo Corrêa de Oliveira). Relatório do presidente da Província do Pará, doutor João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando a administração da mesma ao 4º vice-presidente, doutor Abel Graça. Pará, 1870a. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/535/>>. Acesso em nov. 2013.
- PARÁ (Província). Presidente (Abel Graça). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 17ª legislatura, pelo quarto vice-presidente, Dr. Abel Graça. Pará, 1870b. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/535/>>. Acesso em nov. 2013.
- PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapu – Relatório do secretario da província*. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1864. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/528/000001.html>>. Acesso em abr. 2014.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008.
- SANTOS, Roberto. O equilíbrio da firma aviadora e a significação econômico-institucional do aviamento. *Pará desenvolvimento*. Belém: IDESP, 1968, p. 9-30.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SWEIGART, Joseph Earl. *Financing and marketing Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. University of Texas, 1980 (Tese de PhD em História).
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.